
DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DR. MÁRIO SOARES

Mário Soares

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DR. MÁRIO SOARES (*)

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente do Tribunal Constitucional, Senhor Ministro da Presidência e da Defesa, Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional, Senhores Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, Senhor Vigário-Geral Castrense, Excelência Reverendíssima, Senhores Embaixadores, Senhores Auditores da Defesa Nacional, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Não vou, ao contrário do que disse o Senhor General Cabral Couto, fazer quaisquer considerações especiais sobre os problemas que têm vindo a ser tratados no Instituto da Defesa Nacional ou que o irão ser este ano. Depois de ouvir as considerações que o Senhor General Director acabou de fazer e os problemas que levantou, e depois ainda de ouvir uma exposição tão densa e tão estimulante como foi a Oração de Sapiência do Professor Adriano Moreira — que nos pôs um conjunto de problemas, de uma grande largueza geográfica, problemas planetários, e que finalmente abordou alguns problemas nacionais — seria estultícia da minha parte fazer, de improviso, considerações sobre matérias que requerem, obviamente, grande ponderação e grande conhecimento.

Eu estou aqui, como aliás disse o Senhor Director, para testemunhar o apreço pelo Instituto da Defesa Nacional e pelo trabalho que vem realizando ao longo dos anos, mesmo no momento em que a estabilidade democrática em Portugal estava longe de estar assumida e havia no nosso horizonte nacional muito mais nuvens negras do que há hoje, felizmente para todos nós.

Nessa altura, este Instituto teve um papel extremamente importante. Eu partilho a opinião do Professor Adriano Moreira, quando ele felicitou não somente o Senhor General Cabral Couto, que é reconhecidamente uma

(*) Transcrição da gravação do discurso feito de improviso pelo Presidente da República em 20 de Novembro de 1991, no IDN, na abertura do ano lectivo de 1991/92.

grande personalidade militar, um pensador dos problemas da estratégia e da defesa nacional, mas associou nessa felicitação todos os outros directores que o precederam neste Instituto, alguns dos quais aqui presentes e que eu desejo também saudar.

Tem sido feita aqui, verdadeiramente, doutrina. Chamou-se à atenção e criou-se uma preocupação acerca dos problemas estratégicos, que tem a ver com a segurança e a defesa, problemas esses que, embora essencialmente militares, excedem em muito o âmbito militar e que são extremamente importantes para o nosso país. Nós estamos, com efeito, num período de uma grande insegurança, e eu seria tentado a dizer que, no plano mundial, temos algumas certezas, mas também muitas dúvidas, e ninguém pode adivinhar ou sequer projectar, com alguma razoabilidade, aquilo que vai ser o futuro, mesmo o futuro próximo.

Temos, em todo o caso, alguns pontos firmes de referência. Antes de mencionar aquilo que é hoje uma evidência, como foi dito, e muito bem, pelo Professor Adriano Moreira, a evidência que o mundo deixou de ser bipolar — esse mundo seguro em que nos encontrávamos apesar do tal império do Mal, como foi chamado, mas apesar disso seguro — para ser um mundo em que há apenas uma superpotência militar. Eu diria que antes disso acontecer houve um facto a que atribuo uma extraordinária importância, que foi a Doutrina dos Direitos Humanos enunciada pelo Presidente Carter, e que os Estados Unidos — temos que prestar-lhe homenagem — intentaram aplicar em todos os continentes. De facto, tal doutrina pôs o chamado mundo comunista na defensiva. Enquanto, desde o pós-guerra até essa data, nós verificámos sempre que quem estava, em sentido figurado, no banco dos réus era o Ocidente, porque não era capaz de realizar a justiça social (tal como fazia crer a propaganda do outro lado); a partir dessa altura, e em virtude justamente da Doutrina dos Direitos Humanos, pôs-se no banco dos réus o mundo comunista e o que lhe provocou um reflexo defensivo, quando todas as pessoas se começaram a interrogar sobre a situação que se vivia para além da cortina de ferro. Claro que não foram só os Estados Unidos que se empenharam no desenvolvimento dessa Doutrina dos Direitos Humanos, havendo também a participação e o êxito da Comunidade Europeia, que conseguiu criar um sistema de estabilidade na Europa, nesta parte da Europa Ocidental que se transformou num centro e num pólo de atracção para o outro lado da Europa, e de uma maneira geral para o

mundo que, a pouco e pouco, se quis aproximar dos padrões vividos e conseguidos naquela Comunidade.

Temos hoje, sem dúvida, muitas incertezas, mas temos alguns aspectos sobre os quais sabemos que são terreno firme, e o terreno dos Direitos Humanos é um dos terrenos firmes. Por isso, nós não podemos aceitar que, quando há atentados violentos aos Direitos Humanos, fiquemos calados ou aceitar que haja, por razões ditas de Estado ou por razões ditas estratégicas, potências ou países que são, justamente, no plano mundial os campeões dos direitos humanos, mas que possam esquecer os atropelos que são, em concreto, cometidos nessa matéria. Refiro-me, como todos já perceberam, ao caso que é tão doloroso e tão pungente para nós, de Timor Leste. É, de facto, uma situação que foi sempre intolerável, mas que hoje, depois de tudo o que foi conseguido, depois do caminho todo que foi andado pela consciência universal e pela opinião mundial, depois do que se disse para justificar, e bem, a guerra contra o Iraque, é uma situação inaceitável e verdadeiramente intolerável. Algumas reacções alargadas que estão agora a ocorrer no mundo inteiro, ainda que ténues, levam-nos à convicção de que temos aí um caminho, nós portugueses, também a percorrer e que vamos todos, estou certo disso, percorrê-lo — sobre este aspecto a unidade nacional é perfeita. Na abertura dum Curso como este, com a importância que este tem, não ficará mal que eu diga esta palavra acerca de Timor Leste.

Naturalmente que não basta pôr as grandes interrogações, temos que dar respostas; não nos basta dizer que a Europa quer: temos que dizer qual é, em concreto, o caminho que vamos percorrer na Europa a que pertencemos e em cuja construção devemos ser um activo participante. Eu espero que, no Instituto da Defesa Nacional, bem como noutros centros de reflexão que existem no País, em Universidades, em Associações, nos Órgãos do Poder Político, na Assembleia da República, noutros areópagos diferentes, se possa começar a discutir, na nossa própria perspectiva nacional, qual deve ser a posição que devemos tomar em relação a estes problemas.

Perante o que vai pelo mundo e o espectáculo que nos dá o mundo — o Professor Adriano Moreira fez-nos uma lista das grandes dificuldades mundiais, aludiu a situações graves praticamente em todos os continentes e falou até de um continente que todo ele é um problema, a África, nos limites da sobrevivência (e poderiam ser acrescentados ainda muitos outros exem-

plos a essa lista) — nós podemos considerar Portugal como um país que, apesar de tudo, está numa situação altamente favorável.

Tivemos a nossa crise antes dos outros e essa crise situou-se justamente no período da Revolução do 25 de Abril. Conseguimos, pelo nosso próprio esforço, com pouca ajuda externa, ultrapassar essa crise e criar perspectivas de grande estabilidade nacional; conseguimos fazer algo simultaneamente muito difícil e exaltante, que foi criar uma democracia que funciona, que não é obviamente perfeita, que está longe de ser perfeita, que devemos aprofundar, mas que existe; conseguimos criar um certo dinamismo económico, com problemas também, sem dúvida, difíceis, mas menores do que os que outros países defrontam e, sobretudo, tendo começado muito tarde, muito mais tarde que todos os outros países europeus que foram potências coloniais, conseguimos fazer a descolonização, e ter hoje relações de grande fraternidade com todos os países lusófonos, e isso é de facto um bem precioso. No momento em que assistimos, na Europa, ao eclodir de problemas tão complicados como são os problemas das nacionalidades e em que, simultaneamente, há uma pressão para criar grandes conjuntos supernacionais — é o caso da Comunidade Europeia e da União Política Europeia — assistimos ao mesmo tempo, dentro dos Estados, ao aparecimento de reivindicações de autodeterminação de certas regiões que se querem tornar cada vez mais distantes em relação ao centro político desses países: são duas tensões contrárias. Nós, portugueses, somos de facto um Estado-Nação, onde esses problemas não existem, mas se abstrairmos do nosso país e passarmos logo aqui ao lado, ao nosso próximo vizinho, verificamos que esses problemas aí existem, e estão a projectar-se de uma maneira que pode ser susceptível de alguma preocupação.

Temos, por outro lado, uma posição que é uma posição chave no Atlântico, oceano que, como o Professor Adriano Moreira disse, voltou a ser de uma enorme importância, depois do que vimos, desse eclodir da importância do Pacífico e de se dizer que o centro do mundo se estava a deslocar do Atlântico para o Pacífico. Nós estamos a assistir, nos últimos anos, a uma nova valorização do Atlântico, devido à importância da Europa e à força da Europa; nós estamos, justamente, nessa fronteira entre a Europa e o Atlântico; estamos ligados, por sermos um país membro da Comunidade Europeia — que deverá ser um activo construtor da nova arquitectura europeia — mas também um país que não se pode esquecer que tem valores importantes no

próprio Atlântico — uma parte do seu território está no meio do Atlântico — e tem uma relação tradicional que nos cumpre preservar, desenvolver e aprofundar, com os Estados Unidos da América, com o Canadá e, obviamente, com o Brasil, com a América Latina e com a África.

Tudo isso nos abre perspectivas e faz com que nós devamos estudar e reflectir sobre a nossa própria Doutrina de Defesa Nacional, que evidentemente tem que ser coordenada com as Organizações Internacionais às quais pertencemos: a Comunidade Europeia, que ninguém sabe neste momento o que é que vai ser, e como é que vai ser a construção da Nova Europa; e, obviamente, a NATO, que é uma organização que fez as suas provas e que ninguém pode pôr em causa, quando ela é a responsável pela Paz que existiu nestes 50 anos na Europa e que, se desaparecesse, deixaria um vazio que não se sabe como poderia ser substituído. Isso, para nós, que estamos aqui junto ao Atlântico, é naturalmente uma situação que tem que ser posta sempre em evidência.

Não quero avançar com outras considerações; naturalmente que a exposição tão densa e interessante do Professor Adriano Moreira dar-me-ia lugar a fazer outro tipo de comentários, e até gostaria de os fazer, mas não quero naturalmente maçar V. Exas. com comentários improvisados a um texto que suscita reflexão e que nos desafia, que nos interpela e que nos dá vontade de comentar: mas penso que o não deverei fazer aqui.

Quero, Senhor General, mais uma vez, agradecer-lhe o seu convite para estar na inauguração do ano escolar deste Instituto, e dizer-lhe da importância profunda que atribuo ao trabalho que está aqui a ser realizado, como me parecem importantes as aulas que aqui são dadas e os debates que aqui são organizados, e incitá-lo a que continue, porque está a prestar um grande serviço a Portugal.

Mário Soares
Presidente da República